



DA FILOSOFIA DA PRÁXIS À SALA DE AULA: PAULO FREIRE, MARX, GRAMSCI E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA E LIBERTADORA

Marney Eduardo Ferreira Cruz¹

FROM THE PHILOSOPHY OF PRAXIS TO THE CLASSROOM: paulo freire, marx, gramsci, and the construction of a critical and liberating education

Resumo:

O artigo analisa a Filosofia da Práxis como fundamento epistemológico e político da educação libertadora em Paulo Freire, em diálogo com Karl Marx e Antonio Gramsci. Parte da compreensão da práxis como unidade dialética entre ação e reflexão, orientada à transformação da realidade e à emancipação humana. A pesquisa, de natureza qualitativa, fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, realiza revisão bibliográfica das obras centrais de Freire e de intérpretes contemporâneos, mobilizando categorias como práxis, diálogo, conscientização, ética e inédito viável. Evidencia que Freire reelabora a tradição marxista ao transpor a práxis para o campo pedagógico, superando a dicotomia entre teoria e prática e criticando o modelo de educação bancária. O diálogo assume papel central como postura epistemológica e ética, promovendo a construção coletiva do conhecimento e a formação da autonomia intelectual. O conceito de inédito viável é apresentado como horizonte de transformação concreta das situações-limite vividas pelos sujeitos históricos. O artigo também discute a relevância da Filosofia no currículo escolar brasileiro, especialmente diante das reformas do ensino médio, defendendo-a como espaço privilegiado de formação crítica. Conclui-se que a Filosofia da Práxis permanece atual frente às desigualdades sociais e às disputas políticas em torno da educação, constituindo-se como referência para uma pedagogia democrática, humanizadora e comprometida com a transformação social.

Palavras-chave: Filosofia da Práxis 1, Educação Libertadora 2, Pedagogia do Oprimido 3.

Abstract:

The article analyzes the Philosophy of Praxis as the epistemological and political foundation of liberating education in Paulo Freire, in dialogue with Karl Marx and Antonio Gramsci. It is grounded in the understanding of praxis as the dialectical unity between action and reflection, oriented toward the transformation of reality and human emancipation. The research, qualitative in nature, is based on historical-dialectical materialism and conducts a bibliographic review of Freire's central works and contemporary interpreters, mobilizing categories such as praxis, dialogue, conscientization, ethics, and the "viable unheard-of." It demonstrates that Freire reworks the Marxist tradition by transposing praxis into the pedagogical field, overcoming the dichotomy between theory and practice and criticizing the banking model of education. Dialogue assumes a central role as both an epistemological and ethical stance, fostering the collective construction of knowledge and the development of intellectual autonomy. The concept of the viable unheard-of is presented as a horizon for the concrete transformation of the limit-situations experienced by historical subjects. The article also discusses the relevance of Philosophy in the Brazilian school curriculum, especially in light of high school reforms, defending it as a privileged space for critical formation. It concludes that the Philosophy of Praxis remains current in the face of social inequalities and political disputes surrounding education, constituting a reference point for a democratic, humanizing pedagogy committed to social transformation.

Keywords: Philosophy of Praxis 1, Liberating Education 2, Pedagogy of the Oppressed 3.

¹Mestre em Educação - UnB. Bacharel em Filosofia - UFC. Licenciado em Pedagogia - FAK. Professor substituto - UFC. Email: marney@virtual.ufc.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4367956536747981>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3627-3433>

1. INTRODUÇÃO

A educação, na sua base, nunca é um ato neutro. Ela pode ser instrumento de domesticação e reprodução da ordem vigente, ou se constitui como uma "prática da liberdade", na definição de Paulo Freire. É neste segundo caminho que se insere a Filosofia da Práxis, um conceito que, depois de criado por Karl Marx, reelaborado por Antonio Gramsci, foi aprimorado e colocado em prática por Freire, transcende o campo da pura especulação filosófica para se tornar o alicerce de uma proposta pedagógica radicalmente transformadora. Este artigo tem como objetivo compreender a filosofia freiriana, demonstrando como ela se configura não como um método, mas como uma orientação epistemológica e política para a educação, cujo fim último no entendimento de Freire pode ser a emancipação humana.

Em um mundo de desigualdades crescentes, de disseminação de informações superficiais e de persistência de modelos bancários de educação – onde o aluno é um mero depositário de conhecimentos –, a obra de Freire é uma resposta relevante, justificando o presente artigo. Ela nos convida a repensar a relação entre educador e educando, o currículo, a avaliação e o próprio propósito da escola. Como afirma Fáveri (2006, p. 45), "a educação não é um mero processo de transmissão de conhecimentos, mas uma prática social que deve ser crítica e libertadora". Neste sentido, a Filosofia da Práxis não é um resquício de uma obra literária histórica, uma relíquia do passado, mas uma ferramenta urgente para o presente.

A problemática central deste artigo é: como a Filosofia da Práxis, enquanto união de teoria e prática, pode ser efetivamente implementada em contextos diversos, como no ensino de filosofia no ensino médio, para superar a educação tradicional e fomentar a autonomia e a criticidade dos educandos? Para responder a essa questão, o artigo estrutura-se em seções que exploram o referencial teórico da práxis, suas influências filosóficas, a biografia de Freire como elemento fundante de seu pensamento, a metodologia de pesquisa adotada, aplicações práticas detalhadas e, por fim, as considerações finais que reiteram a vitalidade do legado freireano.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A FILOSOFIA DA PRÁXIS

A formulação da chamada "Filosofia da Práxis" tem sua origem no processo pelo qual Karl Marx rompeu

simultaneamente com o idealismo especulativo hegeliano e com o materialismo contemplativo de Ludwig Feuerbach. A superação dessas tradições ocorre por meio da síntese dialética, na qual se reconhece a primazia das condições materiais de existência, sem reduzir o ser humano a um mero produto dessas condições. Ao contrário, Marx concebe a realidade como processual, histórica e produzida pela ação humana. Desse modo, emerge o conceito de práxis, entendido não como simples prática empírica, mas como unidade orgânica entre ação e reflexão, entre o material e o ideal, entre a transformação objetiva do mundo e a autotransformação subjetiva do agente histórico (Marx, 2007). A práxis, portanto, corresponde à atividade consciente pela qual os seres humanos produzem e reproduzem sua vida e, ao fazê-lo, constroem a própria história ou como diria Marx:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado (Marx, 2011, p. 25).

Os textos de 1845-1846 são fundamentais para compreender essa virada filosófica. Nas Teses sobre Feuerbach, Marx critica o materialismo anterior por concebê-lo como mera contemplação da realidade. Na Tese I, escreve:

O defeito fundamental de todo o materialismo anterior - inclusive o de Feuerbach - é que o objeto, a realidade, o sensível, só é concebido sob a forma de objeto ou de intuição; mas não como atividade humana sensível, prática, não subjetivamente. Daí que o lado ativo fosse desenvolvido, de maneira abstrata, pelo idealismo - que naturalmente não conhece a atividade real, sensível, como tal (Marx, 2007, p. 533).

A redefinição da atividade humana como prática material e transformadora culmina na célebre Tese XI, que sintetiza a Filosofia da Práxis: "Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de diversas maneiras; o que importa é transformá-lo." (Marx, 2007, p. 535). O conceito de práxis, com raízes na filosofia aristotélica, *Theória - Poiésis - Práxis* (contemplação, produção, ação propriamente dita), foi radicalmente reformulado pela tradição marxista, particularmente por Antonio Gramsci em seus Cadernos do Cárcere.

Para Gramsci (2001), onde é compreendida como uma atividade humana concreta que unifica a subjetividade (teoria, vontade) e a objetividade (prática, condições materiais). Não se trata de aplicar uma teoria preexistente à prática, mas de um processo dialético no qual a ação transforma a realidade e, ao fazê-lo,

transforma o próprio sujeito que age e sua compreensão teórica. Vale citar que além de reelaborar o conceito de práxis, Gramsci defende uma educação ligada ao seu entendimento sobre cultura, política e sociedade. Para ele, a educação é vista como um instrumento para a transformação social e política, permitindo que os indivíduos desenvolvam uma consciência crítica e a capacidade de análise para questionar e transformar a realidade em que vivem.

A educação não pode ser reduzida a um simples ato de ensino; ela deve ser um processo de formação integral do homem, onde se desenvolvem não apenas as capacidades intelectuais, mas também as habilidades práticas e a consciência crítica. O objetivo da educação deve ser a libertação do indivíduo, permitindo que ele se torne um agente ativo na transformação da sociedade. Portanto, a educação deve promover a reflexão sobre a realidade e a capacidade de agir sobre ela, contribuindo para a construção de uma nova cultura (Gramsci, 1980, p. 150).

Ele argumenta que a educação deve ser um meio para promover a igualdade e a justiça social, especialmente entre as classes populares. Gramsci também aborda a questão da hegemonia cultural, afirmando que a classe dominante impõe seus valores e ideais através das instituições educacionais. No entanto, essa hegemonia pode ser contestada e transformada por meio de uma educação que promova valores de equidade. Segundo ele,

a educação deve ser um direito universal e não um privilégio, permitindo que todos tenham a oportunidade de participar ativamente da vida política e cultural (Gramsci, 2001, p. 34).

Nesse sentido, a luta por uma educação libertadora é uma luta política. Como ele afirma: "A educação é um ato político, uma forma de luta pela hegemonia" (Gramsci, 2001, p. 45). Em suma, a concepção de educação de Antonio Gramsci é uma abordagem crítica e transformadora que busca não apenas transmitir conhecimento, mas empoderar e promover a justiça social. Assim como Paulo Freire, Gramsci enxergava a educação como um processo contínuo de formação e conscientização para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Freire absorve e adapta o conceito de práxis para o campo educacional, ou seja, para uma pedagogia da práxis. Em Pedagogia do Oprimido, a práxis é definida como "a reflexão e a ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo", humano esse inacabado, com vocação para "ser mais" (Freire, 2016, p. 52). A "reflexão" para Freire, não é um exercício intelectual descolado da realidade; é uma reflexão sobre a ação e

para uma nova ação, a melhor maneira de pensar, é pensar a prática (Freire, 1996). Da mesma forma, a "ação" não é um ativismo cego, mas uma ação informada pela crítica, pela leitura do mundo. Barros (2022, p. 78) destaca que este movimento contínuo é o que permite a "conscientização", processo pelo qual os educandos deixam de ver a realidade social como um dado natural e imutável (uma "consciência ingênua") e passam a compreendê-la como uma construção humana, passível, portanto, de ser alterada (uma "consciência crítica").

O pensamento de Freire tem uma vocação humanista, concebe o ser humano inacabado, como ser de relações, de cultura, dos diálogos, de interações, de profunda solidariedade, que está dentro de uma ética, junto com a amorosidade, a tolerância e a perseverança. A práxis pode ser resumida como prática-teoria-prática, a ação-reflexão-ação, uma concepção dialética do conhecimento, dinâmica onde o ponto de partida e de chegada é a prática. O diálogo é o elemento catalisador da práxis na educação freireana. Freire (2016, p. 107) é taxativo: "Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens". Este diálogo, contudo, não é uma mera conversa ou técnica de facilitação mas uma "postura dialógica", é uma práxis ético-pedagógica que transcende a simples conversa para se estabelecer como um encontro horizontal entre sujeitos mediadores do mundo, rompendo com a "educação bancária" e sua lógica de dominação.

Fundamentada em pilares como amorosidade, humildade, esperança e fé na capacidade humana de criar, essa abordagem transforma o ato educativo em um processo de coinvestigação da realidade, onde educador e educando constroem o conhecimento coletivamente. Ao valorizar o saber prévio e os "temas geradores" extraídos da vida do aluno, o diálogo freiriano promove a conscientização crítica e a autonomia, transformando a educação em uma ferramenta política de libertação que busca não apenas compreender o mundo, mas agir sobre ele para transformá-lo em uma sociedade mais justa e humana (Freire, 2016).

A postura dialógica é uma postura epistemológica e ética. Epistemológica, como construção do conhecimento, porque reconhece que o conhecimento não é monopólio do educador, mas é construído na relação horizontal entre sujeitos que trazem saberes diferentes. Uma ação-reflexão com "curiosidade epistemológica" que é uma curiosidade crítica, um movimento de inquietação que se torna rigoroso, metódico e investigativo na busca pela compreensão dos objetos e dos fatos e por um pensar correto (Freire, 1996).

O pensar correto não é um processo no qual o sujeito que pensa se isola do mundo e dos outros, na pura objetividade, para, a seguir, voltar ao mundo, já agora para 'salvá-lo', como se a salvação fosse o resultado de seu pensar solitário. Pelo contrário, o pensar correto é dialógico e comunicativo. É uma forma de estar no mundo e com o mundo, com os outros. Não há, por isso mesmo, pensar correto sem uma ética rigorosa (Freire, 1996).

Ética em Freire é ter consciência de si e do mundo, o que gera a responsabilidade de agir para mudar realidades opressoras, em vez de ser um mero produto passivo de fatores sociais ou genéticos. A tarefa ética universal do ser humano é "eticizar o mundo", ou seja, humanizá-lo através da negação da desumanização, promovendo a dignidade e o "ser mais". A ética também permeia a educação que nunca deve ser neutra, mas sim um ato político que conscientizaria os educandos sobre as estruturas de exploração, de opressão, de expropriação para que lutem por sua libertação. A ética freireana se concretizaria na práxis, onde a reflexão sobre a realidade (crítica) e a ação transformadora se unem para promover a liberdade e a justiça social, combatendo o fatalismo e o derrotismo através do "inédito viável" (Freire, 2016). Esse conceito define as possíveis soluções transformadoras, embora ainda "inéditas" na prática, se tornariam "viáveis" por meio de uma ação coletiva e com consciência de classe.

O "inédito viável" deve ser operado através de uma síntese dialética em três fases: situação-limite, ato-limite e o inédito viável. É nesse caminho dialógico que a curiosidade ingênua se torna curiosidade epistemológica, e o educando se assume como um ser inacabado, mas em permanente processo de "ser mais" (Freire, 1996).

2.2 INFLUÊNCIAS FILOSÓFICAS

A originalidade do pensamento de Freire reside em sua capacidade de sintetizar correntes filosóficas, costurando-as em uma proposta coesa e poderosa. Do existencialismo, Freire herda a ênfase na liberdade, na responsabilidade e na vocação ontológica do ser humano para "ser mais". A educação, portanto, deve possibilitar que o educando se perceba como um "projeto" e não como uma "coisa" determinada. A fenomenologia contribui com a valorização do "mundo da vida" (Lebenswelt). A educação não pode começar de abstrações desconectadas; deve partir da experiência concreta, das percepções e dos saberes culturais dos educandos. Fáveri (2006, p. 61) observa que "a educação freireana é profundamente existencialista, pois parte da experiência concreta do aluno como fundamento para a

reflexão filosófica". O círculo de cultura, por exemplo, é uma materialização desta influência, onde a realidade vivida é o principal texto a ser decifrado.

Vê-se então que muitas são as formas de interpretar os textos e dentre elas mais uma que influenciou Freire foi a Teologia da Libertação, uma corrente teológica que floresceu na América Latina nos anos 1960, onde as desigualdades sociais eram preponderantes em concomitância com o surgimento, organização e fortalecimento de movimentos sociais, exerceu uma influência profunda em Freire. A educação não pode ser neutra; ela está sempre a serviço da humanização ou da desumanização. Conforme o pensamento de Freire (2016), a educação deve estar a serviço da libertação dos oprimidos, resgatando sua dignidade e seu direito à palavra. A noção de "amor" em Freire, frequentemente mal compreendida, vem desta fonte: é um amor revolucionário, amorosidade, um ato de coragem e compromisso com a transformação social.

Já o marxismo, como acena-se anteriormente, oferece a ferramenta para uma análise estrutural e crítica das desigualdades. Freire (2016, p. 40) critica agudamente o capitalismo por sua lógica desumanizadora:

A desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais.

A práxis, neste contexto, é o antídoto contra a alienação. Ao engajar-se em uma ação-reflexão sobre sua realidade opressora, a classe oprimida supera a "consciência alienada" imposta pelo opressor e avança na direção de uma "consciência de classe", percebendo-se como sujeito histórico capaz de transformar as estruturas materiais que a oprimem. As Teses sobre Feuerbach de Marx (2007, p. 55), especialmente a célebre décima primeira – "Os filósofos apenas interpretaram o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo" –, são o cerne da Filosofia da Práxis freireana.

2.3 A TEORIA À SALA DE AULA

A grandeza da Filosofia da Práxis de Freire está em sua operacionalização podendo ser aplicada com crianças, jovens e adultos. Ela não se contenta em criticar; ela propõe caminhos, assim como o ensino Filosofia (para crianças, jovens e adultos) como um todo, porém o ensino de filosofia no Brasil passa por dificuldades e faz-se necessário justificar a sua necessidade notória, conforme os autores abaixo:

A reforma do ensino médio, em 2016, retirou a obrigatoriedade da disciplina em todos os anos escolares, causando manifestações que resultaram na organização da sociedade civil juntamente com os profissionais do ensino de filosofia a reivindicação do retorno da sua obrigatoriedade. Com a nova lei do ensino médio, a Lei nº 14.945/2024, a partir de 2025, Sociologia e Filosofia voltariam a ser obrigatórias, apesar de variarem expressivamente entre os estados. É notório que a permanência do ensino de filosofia nas escolas se configurou uma luta constante para professores/as de filosofia, e a exigência para que essa disciplina seja um direito formativo de crianças e adolescentes brasileiros/as tem movimentado debates que justificam seu ensino já nos anos iniciais e finais do ensino fundamental (Maia; Costa, 2025, p. 77).

À luz do pensamento de Paulo Freire, a trajetória de lutas pela obrigatoriedade da Filosofia descrita por Maia e Costa (2025) reflete o embate histórico entre uma educação para a libertação e os projetos de educação bancária – ou seja, sem o ensino de filosofia é ficar sem uma disciplina que possa instigar à criticidade, à reflexão, ao pensar para a prática.

A variação da presença da disciplina entre os estados e as sucessivas reformas evidenciam que o acesso ao pensar crítico não é apenas uma questão curricular, mas uma disputa política pelo direito à conscientização. Freire defendia que a educação deve transitar da "curiosidade ingênua" para a curiosidade epistemológica. A "educação para o pensar" mencionada no texto é o exercício rigoroso de investigar as razões de ser da realidade (Freire, 2016). Sem a Filosofia, o ensino corre o risco de tornar-se mera transferência de dados técnicos, privando o estudante do instrumental necessário para desvelar as estruturas de opressão. Para Freire, o ser humano não nasce sujeito, ele se torna sujeito através da práxis (reflexão e ação). Ao garantir a Filosofia como direito formativo, assegura-se um espaço de diálogo onde o estudante deixa de ser um objeto da história para se tornar um sujeito cognoscente, capaz de "pronunciar o mundo".

O fato do pensamento autônomo muitas vezes não encontrar espaço fora do cotidiano escolar, como apontam as autoras, reforça o papel da escola como o lugar da gestação do inédito viável. A luta dos profissionais da educação contra a precarização do ensino de Filosofia é, em si, um ato-limite contra as políticas que tentam silenciar a reflexão crítica em prol de uma formação puramente mercadológica. A defesa da Filosofia desde os anos iniciais alinha-se à "Pedagogia da Autonomia", na qual Freire afirma que a educação é um ato político. A intermitência legal da disciplina (entre as leis de 2008, 2016 e a recente Lei nº 14.945/2024) revela

uma tentativa de domesticar o saber. No entanto, a resistência da sociedade civil demonstra o compromisso com uma educação que não apenas adapta o indivíduo ao mundo, mas o capacita a transformá-lo.

A permanência da Filosofia nas escolas é a garantia de que a educação não será apenas um treinamento para o mercado, mas um processo de humanização e de formação no sentido de uma cidadania plena e crítica.

3. METODOLOGIA

Este artigo, de natureza qualitativa, segue os princípios do materialismo histórico-dialético de Marx e Engels, aplicado como lente analítica para uma revisão bibliográfica sistemática. O corpus é composto pelas obras centrais de Paulo Freire e por estudiosos de seu pensamento, como Kohan (2019), Fávéri (2006) e Barros (2022), cuja seleção se justifica tanto pela profundidade teórica quanto pelas descrições de aplicação prática em diferentes níveis de ensino. Sob esta perspectiva, o texto é compreendido como uma materialidade histórica, inseparável das condições sociais e das contradições de sua época. A análise rejeita uma leitura neutra e abstrata, partindo do princípio de que as produções de Freire e de seus intérpretes são expressões concretas de uma determinada infraestrutura socioeconômica e de projetos políticos em disputa. O procedimento investigativo busca situar as categorias da pedagogia freireana — como práxis, diálogo, conscientização, inédito viável e libertação — na totalidade concreta de suas relações, examinando criticamente como elas emergem e respondem às tensões da realidade social, servindo a um projeto de transformação que pretende alterar não apenas a superestrutura educacional, mas a própria base material das relações de opressão. Desse modo, o método orienta-se pela identificação das contradições imanentes ao pensamento pedagógico em estudo e ao contexto que o engendra, privilegiando a práxis como unidade dialética entre reflexão e ação voltada para a emancipação.

4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir do referencial teórico levantado, foram identificados conceitos importantes e atuais a partir do pensamento de Marx e Freire.

À luz de Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire reelabora a tradição marxista ao transpor a categoria de práxis para o campo pedagógico, concebendo-a como unidade indissociável entre reflexão e ação transformadora. Tal movimento implica a superação da dicotomia entre teoria e prática e fundamenta a crítica ao

modelo de educação bancária, que reduz o educando à condição de objeto passivo do processo educativo. Em oposição a essa lógica, o diálogo assume centralidade não apenas como estratégia metodológica, mas como princípio epistemológico e ético, possibilitando a construção coletiva do conhecimento e a constituição de sujeitos históricos autônomos.

Nesse horizonte, o conceito de inédito viável expressa a dimensão histórica da educação libertadora, indicando que as situações-limite podem ser superadas por meio de uma ação consciente orientada à transformação social. A Filosofia, nesse contexto, configura-se como espaço privilegiado de problematização crítica, especialmente diante das reformas curriculares do ensino médio, ao favorecer a investigação das determinações históricas da realidade. Assim, a Filosofia da Práxis mantém a atualidade como referência para uma pedagogia democrática, humanizadora e comprometida com a emancipação social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, desenvolveram-se respostas à questão central sobre a implementação da Filosofia da Práxis. De forma objetiva, sua efetivação no ensino de filosofia concretiza-se através de uma pedagogia que substitui o modelo bancário por uma "investigação dialógica" centrada na realidade dos educandos. No ensino médio, isso ocorre ao se adotarem "temas geradores" extraídos da experiência discente – como trabalho, poder ou identidade –, articulando reflexão teórica e análise concreta dentro do ciclo "ação-reflexão-ação transformadora", com o professor como mediador e uma avaliação processual focada na construção da autonomia intelectual. Com o ensino de filosofia freiriano, a Práxis efetiva-se ao tomar a "vida como texto primordial", integrando alfabetização e leitura crítica do mundo a partir do saber experiencial (Freire, 1996; 2016). Os problemas comunitários tornam-se objeto de estudo no "círculo de cultura", onde o diálogo horizontal orienta a ação coletiva rumo ao "inédito viável". Apesar de desafios como currículos rígidos e condições estruturais adversas, essas práticas, sustentadas por uma formação docente crítica, capacitam todos a se reconhecerem como "sujeitos históricos autônomos e transformadores de sua realidade" (Freire, 2016, p. 44).

Implementar a Filosofia da Práxis não é tarefa isenta de desafios. Críticos apontam para a sua suposta "doutrinação" política, confundindo o compromisso com os oprimidos com o partidarismo. Outros desafios práticos são a resistência institucional, com currículos rígidos, turmas superlotadas, e uma cultura escolar

arraigada no modelo bancário. Além disso, urge uma formação docente sólida e uma disponibilidade emocional e intelectual do educador que vai muito além do que é tradicionalmente exigido. Reconhecer estes obstáculos é fundamental para uma aplicação realista e perseverante da pedagogia freireana.

A Filosofia da Práxis, conforme elaborada por Paulo Freire, representa muito mais que uma teoria educacional; é um projeto de humanização. Ao articular de forma indissociável a reflexão crítica e a ação transformadora, ela oferece um caminho para superar a educação que silencia e domestica, propondo em seu lugar uma educação que liberta e empodera. Sua atualidade é incontestável em um mundo onde as opressões se renovam e as desigualdades se aprofundam. A obra de Freire, longe de ser um manual dogmático, é um convite permanente à reinvenção. Ela desafia cada educador a se tornar um pesquisador de sua própria prática, um aprendiz junto com seus alunos e um agente de mudança em sua comunidade. Como o próprio Freire (2016, 38) ressalta, "não há educação sem amor, sem esperança e sem luta pela humanização". A Filosofia da Práxis, portanto, é a materialização desse amor político, dessa esperança ativa e dessa luta cotidiana que se trava no chão da sala de aula, na certeza de que é possível, necessário e urgente transformar o mundo através de uma educação verdadeiramente libertadora.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Maria de Jesus Duarte. **Alfabetização filosófica: o ensino de Filosofia no ensino médio a partir do pensamento de Paulo Freire**. 2022. 116 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Filosofia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Palmas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/4390/1/Maria%20de%20Jesus%20Duarte%20Barros%20-%20Disserta%3%a7%3%a30.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2025.
- BRASIL. Lei n. 14.945, de 31 de julho de 2024. **Brasília: Diário Oficial da União**, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14945.htm Acesso em: 26 fev. 2026.
- SOUSA, Antônio Alex Pereira de; FOFANO, Débora Klippel; FURTADO, Elizabeth Bezerra; COSTA, Roberta Liana Damasceno. II Encontro Cearense de Professores de Filosofia: memórias, lutas, resistências e o ensino de Filosofia no Ceará. **Revista Docentes, Fortaleza, v. 8, n. 21, dossiê I, 2023. Dossiê: Reflexões e enfrentamentos: a Filosofia na conjuntura educacional da BNCC e do Novo Ensino Médio**. Disponível em: <https://periodicos.seduc.ce.gov.br/revistadocentes/article/view/776>. Acesso em: 11 jan. 2026.
- FÁVERI, José Ernesto de. **Filosofia da educação: o ensino da filosofia na perspectiva freireana**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Vol. 1**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Vol. 2**, São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1980, p. 150.
- KOHAN, Walter. **Paulo Freire mais do que nunca: uma biografia filosófica**. Belo Horizonte: Vestígio, 2019.
- KOHAN, Walter; WOSZNIAK, Jason. Filosofia como exercício espiritual na educação de jovens e adultos. **Educação em Revista**, Marília, v. 12, n. 1, p. 191-206, jan.-jun. 2011. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/1548/1342>. Acesso em: 15 nov. 2025.
- MAIA, Carlos Getulio de Freitas; COSTA, Roberta Liana Damasceno. A quem não interessa crianças com senso crítico? **Revista Docentes, v. 10, n. 34, p. 77-85, 2025. Dossiê: Filosofia: assim te quero!** Disponível em: <https://periodicos.seduc.ce.gov.br/revistadocentes/article/view/1614/533>. Acesso em: 11 jan. 2026.
- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 533-535.
- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.